

ENTREVISTA EXCLUSIVA COM DIRECTORA DA UNESCO | EXCLUSIVE INTERVIEW WITH THE DIRECTOR OF UNESCO

CAPITAL

Publicação mensal da Mozmedia • Março 2014 • Nº 73 • www.tacapital.co.mz • 200 Mt

**PIB per capita
cresce 76%
em quatro anos**

**GDP per capita
grows 76% in four years**



Mário Siteo, bastonário da OCAM

**FORTALECEMOS
COMPETÊNCIAS**
STRENGTHENING COMPETENCES





ENTREVISTA,
Helga Nunes

Diversidade cultural: Uma fonte de Riqueza

Numa entrevista exclusiva para a CAPITAL, a Directora-Geral da UNESCO, Irina Bokova, revelou como a cultura e indústrias criativas podem constituir forças motoras para o desenvolvimento económico e social. Segundo ela, a diversidade cultural deveria ser considerada uma fonte de riqueza, criatividade e inovação. De facto, a Sra. Bokova acredita que em Moçambique, o mapeamento cultural irá contribuir para o fortalecimento das indústrias culturais e criativas assim como das políticas públicas envolvidas.

A relação que existe entre cultura e dignidade humana deveria ser uma das pedras basilares da UNESCO. Até que ponto a Cultura é promovida como um factor de estruturação para a responsabilidade social e solidariedade efectiva entre as pessoas?

Para a UNESCO, a protecção da diversidade cultural é um imperativo ético e é inseparável do respeito pela dignidade humana. O respeito pela diversidade cultural e o respeito pelos direitos humanos estão interligados. A Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2001) estipula, entre outros aspectos, que "ninguém poderá invocar a diversidade cultural para infringir os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, menos ainda limitar o seu alcance".

A diversidade cultural deveria ser percebida como uma fonte de riqueza, de criatividade e inovação, e como tal ela



deveria ser promovida. A diversidade cultural é também a principal característica das nossas sociedades cada vez mais globalizadas e multiculturais. A promoção da diversidade cultural pode ajudar a fortalecer o diálogo entre as pessoas e servir como força motora para o entendimento mútuo e, logo, para a paz. A UNESCO inscreveu estes princípios nas suas convenções culturais, para a protecção do património cultural tangível e intangível, e para a promoção das expressões culturais. Sendo que as sociedades tornam-se cada vez mais diversificadas, a promoção da diversidade cultural e do património cultural representam vectores de inclusão e coesão social. Eles ajudam a garantir direitos culturais, o acesso a bens e serviços culturais, a liberdade para participar na vida cultural e a garantir que todo o indivíduo possa expressar-se artisticamente – desta forma, tudo isto ajuda a forjar sociedades inclusivas e equitativas. A cultura deve ser promovida através de políticas públicas que reconheçam que os bens e actividades culturais são, ao mesmo tempo, forças para a inclusão e para o diálogo, portadores de valores e identidades, assim como vectores prósperos de desenvolvimento individual e colectivo. Também são alavancas para a inovação, a criatividade e o desenvolvimento e representam um sector dinâmico para a criação de empregos e a geração de recursos, bem como para o combate à pobreza. A cultura, entendida no sentido mais amplo da palavra, deve ser levada em consideração na definição do bem-estar, da dignidade e do desenvolvimento sustentável, todas elas noções enraizadas nas realidades e capacidades locais.

Claramente, a Cultura mantém-se como um factor para o desenvolvimento através do Património e das suas relações com o Turismo. Crê que a Cultura, considerada como o conhecimento da realidade de cada sociedade, de acordo com as suas tradições, e como um canal de definição para o progresso, tem sido promovida

e preservada sob os auspícios da UNESCO?

Procuramos encorajar uma mudança real no paradigma do desenvolvimento. A Cultura não mais deve ser o elo que falta nas políticas de desenvolvimento.

Um grande número de Estados, liderados pelo Brasil, pela Indonésia e pela China, têm investido massivamente nas infra-estruturas culturais e no património cultural, como o motor para o reconhecimento social, o emprego e a geração de recursos. O papel da cultura para o crescimento económico ficou mais claramente assente. A sua importância para a integração social é essencial para criar políticas de desenvolvimento que perdurem. Tomar em consideração as especificidades culturais e o contexto local, é um pré-requisito para o sucesso de programas de desenvolvimento que deveriam ser baseados na cultura de forma a assegurar a mobilização de comunidades locais e orientar as suas actividades rumo ao desenvolvimento.

Durante muitos anos, a UNESCO mobilizou esforços para estabelecer o papel da cultura e das indústrias criativas como motores para o desenvolvimento social e económico. Isto está reflectido em várias resoluções das Nações Unidas e a publicação do Relatório da Nações Unidas sobre a Economia Criativa também sustenta esta mensagem. A cultura deve estar no centro da agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015.

Graças aos seus seis instrumentos normativos na área da cultura (as convenções culturais supracitadas) a UNESCO oferece um vasto leque de instrumentos e mecanismos para os Estados Membros. Isto permite-lhes integrar a cultura em todo tipo de políticas de desenvolvimento, seja nas áreas da educação, das ciências, da comunicação, da saúde, do meio ambiente ou do turismo. Eles também aceleram o desenvolvimento do sector cultural através do apoio às indústrias criativas.

No que diz respeito ao património mundial, a UNESCO encoraja os Es-

tados Membros a desenvolverem uma abordagem participativa com as comunidades locais, em torno de uma responsabilidade partilhada por parte da comunidade internacional para proteger o património cultural como riqueza comum para a humanidade no geral, através da implementação de uma gestão sustentável e inclusiva assim como do diálogo.

Depois do reconhecimento corajoso, tanto do ponto de vista simbólico como do político, da Palestina como Estado Membro pela UNESCO, a organização teve que enfrentar um corte de 25 a 30% no seu orçamento anual. Neste sentido, uma das prioridades na agenda da Directora-Geral seria a diversificação dos modelos de parceria existentes e a multiplicação de contactos com países emergentes "promissores". Como tem sido conduzido este esforço?

Um foco mais marcado na expansão da cooperação com doadores emergentes é crucial para as estratégias de mobilização de recursos e parcerias da UNESCO. Isto não é só uma questão de dinheiro: um multilateralismo eficaz deve contar com todos os actores, tanto públicos quanto privados, e forjar novas alianças para a realização de objectivos comuns e o desenvolvimento de um sentido partilhado de responsabilidade quanto à promoção do desenvolvimento sustentável mundo afora. Esta é uma tendência global e é algo em que acredito profundamente. Nestes últimos anos, a UNESCO tem fortalecido a sua rede de parceiros e tem estabelecido formas inovadoras para financiar os seus programas. Um novo quadro para cooperação extra-orçamental foi recentemente lançado com Angola, Indonésia, Malásia e Azerbaijão. Estas iniciativas prevêm o planeamento conjunto, o monitoramento e a avaliação de programas extra-orçamentais em áreas que são prioridades comuns para a UNESCO e cada um dos Governos interessados. Enquanto a cooperação com Angola e Indonésia irá primeiramente ser desenvolvida através de projectos dentro

do território de cada Estado Membro, o foco do novo Programa de Cooperação com a Malásia é na cooperação Sul-Sul, incluindo Pequenos Estados Insulares, Países Menos Desenvolvidos e parcerias com África. O crescente papel da cooperação Sul-Sul na cooperação evolutiva da UNESCO com o Brasil, também oferece pontos de entrada e lições para a colaboração da UNESCO com outros países de renda média. Outro exemplo saliente de cooperação com doadores emergentes é o "Fundo Malala para o Direito das Meninas à Educação" de \$10 milhões estabelecidos com a UNESCO pelo Governo de Paquistão em 2012. Poderia citar também as novas formas de parcerias que estabelecemos com a China, com a Arábia Saudita, assim como com a Rússia.

No caso de Moçambique, as indústrias culturais ainda são incipientes. O que é necessário é uma adequada promoção de valores, a protecção de artistas em áreas como a propriedade intelectual, assim como uma organização mais eficaz do próprio sector cultural. De que formas a UNESCO poderia ter um papel nas áreas mencionadas acima?

As indústrias culturais, conduzidas pela criatividade e a inovação, têm um imenso potencial para se tornarem motores de desenvolvimento. Mais e mais são os países, no Sul como no Norte, que estão a investir nas indústrias culturais dentro do quadro de estratégias de desenvolvimento. Os seus métodos de acção não são idênticos visto que economias culturais reflectem um contexto e necessidades locais. Contudo, pelo mundo inteiro, podemos ver que estes esforços contribuíram não só para o desenvolvimento sustentável mas ainda para a coesão social, o empoderamento da mulher e a criação de sociedades do conhecimento.

O instrumento através do qual a UNESCO intervém nesta área é a Convenção de 2005 sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Esta foi ratificada por 132

Estados e uma organização regional (a União Europeia). O mecanismo financeiro desta Convenção – O Fundo Internacional para a Diversidade Cultural – proporciona aos países em vias de desenvolvimento a possibilidade de terem um apoio directo para desenvolverem as suas indústrias culturais. Ao facilitar a implementação da Convenção a nível nacional e internacional, a UNESCO contribui para o fortalecimento da gestão da cultura e para o acesso das pessoas a bens e serviços culturais.

Foi conduzido um esforço para realisar o mapeamento cultural de Moçambique, o que viabiliza a identificação de valores ligados à música, ao artesanato, à dança, e a outras expressões tradicionais significativas. A ideia era criar uma plataforma digital a partir dos resultados produzidos por um projeto de pesquisa realizado a nível nacional. Contudo, não é fácil encontrá-los, nem mesmo consultá-los. Que comentários lhe inspira esta situação?

De facto, esforços têm sido conduzidos para definir o mapeamento cultural de Moçambique no quadro do programa para o reforço das indústrias culturais e criativas, assim como das políticas inclusivas em Moçambique, financiado pelo Fundo para o Alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (F-ODM), entre Agosto de 2008 e Junho de 2013.

Os inventários foram realizados em 2009 e em 2010 no norte do país e na Ilha de Moçambique. Um inventário que está sendo implementado atualmente pelas comunidades nas regiões de Chinhambuzi, da Ilha de Moçambique e de Mussoiril no norte do país, e na cidade de Inhambane no sul, irá constituir o primeiro inventário nacional que englobe as três regiões do país. Alguns inventários, como os do distrito de Inhambane e da Ilha de Moçambique, foram usados para desenvolver rotas de turismo cultural. No quadro de um projecto financiado pelo Instituto para a Cultura Africana e a Compreensão Internacional (IACIU

- *Institute for African Culture and International Understanding*) na Nigéria, o Observatório para as Políticas Culturais em África estabeleceu um mapeamento de algo como 80 expressões culturais.

A plataforma digital é um projecto ambicioso e de longo prazo. De momento, a informação está disponível na internet em várias plataformas locais como: <http://www.sudplanet.com> e <http://www.kulungwana.org.mz/>

A UNESCO, através do seu escritório em Maputo, aprofundará este trabalho de forma a disponibilizar informação para as comunidades visadas e para o público no geral.

A Ilha de Moçambique foi inscrita no Património Mundial da Humanidade pela UNESCO em 1991. Isto foi há mais de 22 anos atrás. Como avalia o progresso efectuado no que tange à reconstrução e à transformação da Ilha num destino turístico de renome mundial?

A Ilha de Moçambique foi inscrita na lista do Património Mundial após 30 anos da luta de libertação. Com o apoio de vários doadores internacionais, tais como o Japão, Portugal, Holanda e Bélgica, a UNESCO ajudou a restaurar a fortaleza da Ilha de Moçambique. Graças a essas obras, o complexo sistema de distribuição de água da fortaleza foi reconstruído e disponibilizado para a comunidade. O espaço da fortaleza poderá ser usado pela comunidade como um espaço socio-económico para actividades culturais mas também para fins comerciais, etc. Estas obras de reabilitação também permitiram reforçar as capacidades, criar empregos e sensibilizar a opinião pública a nível local e internacional sobre a relação entre a sua conservação e o seu valor universal excepcional. Isto atesta o progresso realizado na área do turismo, o sector económico mais importante da Ilha. A UNESCO irá continuar o seu trabalho de forma a assegurar o desenvolvimento de um turismo sustentável que respeite o património cultural e beneficie a comunidade local. ☛



INTERVIEW,
Helga Nunes

Cultural Diversity: a Source of Wealth

In an exclusive interview with CAPITAL, the Director-General of UNESCO, Ms Irina Bokova, revealed how culture and creative industries can be driving forces for economic and social development. According to her, cultural diversity should be seen as a source of wealth, creativity, and innovation. In fact, Ms Bokova believes that in Mozambique cultural mapping will contribute to the strengthening of cultural and creative industries, and the policies involved.

The relationship that exists between Culture and human dignity should be one of UNESCO's keystones. To what extent is Culture promoted as a structuring factor for social responsibility and effective solidarity between people?

For UNESCO, the protection of cultural diversity is an ethical imperative, and it is inseparable from respect for human dignity. Respect for cultural diversity and respect for human rights are interconnected. UNESCO's Universal Declaration on Cultural Diversity (2001) stipulates, among other things, that "no one may invoke cultural diversity to infringe upon human rights guaranteed by international law, nor to limit their scope".

Cultural diversity should be perceived as a source of wealth, of creativity and innovation, and as such it should be promoted. Cultural diversity is also the main feature of our increasingly globalised multicultural societies.

The promotion of cultural diversity can help strengthen dialogue among peoples and a driving force for mutual understanding and, therefore, for peace. UNESCO has inscribed these principles in its cultural conventions, for the protection of tangible and intangible cultural heritage, and for the promotion of cultural expressions. As societies become more diverse, the promotion of cultural diversity and cultural heritage represent vectors for inclusion and social cohesion. They help guarantee cultural rights, access to cultural goods and services, the freedom to participate in cultural life and to express oneself artistically – through all this it helps forge inclusive and equitable societies.

Culture must be promoted through public policies that recognize that cultural goods and activities are, at the same time, forces for inclusion and dialogue, carriers of values and identities, and thriving vectors of collective and individual development.

They are also levers for innovation, creativity, and development, and represent a dynamic sector for the creation of jobs and income, and for fighting poverty. Culture, understood in the broadest sense of the word, must be taken into account in the definition of well-being, dignity and sustainable development, which are rooted in local realities and capacities.

Clearly, Culture remains as a factor for development through Heritage and its relationship with Tourism. Do you think that Culture, considered as the knowledge of each society's reality, in accordance with its traditions, and as a defining channel for progress, has been promoted and preserved under UNESCO's auspices?

We seek to encourage a real change in the paradigm of development. Culture must no longer be the missing link in development policies. A large number of States, with Brazil, Indonesia, and China in the lead, have invested massively in cultural infrastructure, cultural heritage, as the motor for social recognition, employment and the creation of income. The role of culture for economic growth is better recognized. Its importance for social integration is essential to create development policies that will last. Taking into account cultural specificities and the local context, is a pre-condition for the success of development programs, which should be based on culture to ensure the mobilization of local communities and to gear their activities towards development.

For many years, UNESCO has mobilized efforts to assert the role of culture and the creative industries as motors for social and economic development. This is reflected in several UN resolutions and the publication of the United Nations Report on the Creative Economy also sustains this message. Culture must be at the heart of the post-2015 sustainable development agenda.

With its six normative instruments in the area of culture (the cultural conventions mentioned above), UNESCO provides a wide range of tools and mechanisms for Member States. These allow them to incorporate culture into all types of development policies, whether they are on education, the sciences, communication, health, environment and tourism. They also accelerate the development of the cultural sector through support to creative industries. As far as world heritage is concerned, UNESCO encourages Member States to develop a participatory approach with local communities, around a shared responsibility of the international community to protect cultural heritage as a common wealth for humanity at large, through the implementation of sustainable and inclusive management and conversation.

After UNESCO's courageous recognition, both from a symbolic and political standpoint, of Palestine as a Member State, the organization had to face a cut of 25 to 30% on its regular budget. In this sense, it seems that one of the priorities on the Director-General's agenda is the diversification of the existing partnership models and the multiplication of contacts with "promising" emerging countries. How has this effort been led?

A strong focus on expanding cooperation with emerging donors is central to UNESCO's resource mobilization and partnership strategies. This is not only a matter of money: effective multilateralism must rely on all stakeholders, both public and private, and forge new alliances to pursue common objectives and to develop a shared sense of responsibility in promoting sustainable development worldwide. This is a global trend and something I deeply believe in.

Over the recent years, UNESCO has strengthened its network of partners, and put in place innovative ways to

finance its programmes. A new framework for extrabudgetary cooperation has recently been launched with Angola, Indonesia, Malaysia and Azerbaijan. These arrangements provide for the joint planning, monitoring and evaluation of extrabudgetary programmes in areas that are shared priorities for UNESCO and each of the concerned Governments. Whilst cooperation with Angola and Indonesia will primarily be developed through projects within the territory of each of the Member States, the focus of the new Cooperation Programme with Malaysia is on South-South cooperation including Small Island States, Least Developed Countries and partnerships with Africa.

The increasing role of South-South cooperation in UNESCO's evolving cooperation with Brazil, also offers entry points and lessons for UNESCO's collaboration with other middle-income countries. Another salient example of cooperation with emerging donors is the USD 10 million 'Malala Fund for Girls' Rights to Education' established with UNESCO by the Government of Pakistan in 2012. I could cite also the new forms of partnerships we have established with China, with Saudi Arabia, as well as with Russia.

In the case of Mozambique, cultural industries are still incipient. What is needed is an appropriate promotion of values, the protection of artists in areas such as intellectual property, as well as a more effective organization of the cultural sector itself. In what ways could UNESCO play a role in the above mentioned areas?

Cultural industries, driven by creativity and innovation, have an immense potential to become a driver of development. More and more countries in the South as well as in the North, are investing in cultural industries within the framework of the development strategies. Their methods of action are not identical, because cultural econo-



mies reflect local context and needs. But worldwide, we can see that these efforts have contributed not only to sustainable development but also to social cohesion, women's empowerment and the creation of knowledge societies.

The tool through which UNESCO intervenes in this area is the 2005 Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions. It has been ratified by 132 states and one regional organization (the European Union). The financial mechanism of this Convention – The International Fund for Cultural Diversity – provides for developing countries to access direct support in order to develop their cultural industries. By facilitating the implementation of the Convention at the national and international level, UNESCO contributes to improving the governance of culture as well as people's access to cultural goods and services.

An effort has been made to define a cultural mapping of Mozambique, which enables the identification of values linked to music, crafts, dance, and other significant traditional ex-

pressions. The idea was to create a digital platform based on the results of a nationwide research effort. However, it is neither easy to find it, nor even to have access to it. What comments may you draw from this?

Indeed, some efforts have been made to define the cultural mapping of Mozambique within the framework of the program for the reinforcement of cultural and creative industries and inclusive policies in Mozambique, financed by the Millennium Development Goals Achievement Fund (5MDG-F) from August 2008 to June 2013.

The inventories were conducted in 2009 and 2010 in the Northern part of the country and the Island of Mozambique. An inventory currently being carried out by the communities in the regions of Chinhambuzi, and the Island of Mozambique and Mussoril, in the North of the country, and the city of Inhambane, in the South, will constitute the first national inventory that encompasses the three regions of the country. Certain inventories, like the ones of the district of Inhambane and of the Island of Mozambique, have been used to develop cultural tourism routes. In the framework of a project financed by

the IACIU (Institute for African Culture and International Understanding) in Nigeria, the Observatory of Cultural Policies in Africa established a mapping of cultural expressions, including 80 expressions.

The digital platform is an ambitious and long-term project. For the moment, data is available on various local Internet platforms such as: www.sudplanet.com et <http://www.kulungwana.org.mz/> UNESCO, through its Office in Maputo, will continue this work and to make data available to the concerned communities and to the public at large.

The Island of Mozambique was declared a UNESCO World Heritage Site in 1991. This was over 22 years ago.

How do you evaluate the progress made as far as the reconstruction and the transformation of the Island into a world renowned tourist destination is concerned?

The island of Mozambique was inscribed on the World Heritage list after 30 years of independence struggle. With the support of several international donors, such as Japan, Portugal, the Netherlands and Belgium, UNESCO has helped restore the fortress of the Island of Mozambique. Thanks to these works, the important water collection system of the fortress was rebuilt and made available to the community. The space of the fortress can be used by the community as socio-economic space for cultural activities, commercial outlets, etc. This rehabilitation work has also allowed for the reinforcement of capacities, the creation of jobs and raising awareness at the local and international level about the link between its conservation and its exceptional universal value. This attests to progress made in the area of tourism, the most important economic sector on the island. UNESCO will continue its work to ensure the development of sustainable tourism, respectful of cultural heritage and benefitting the local community. ■

